



## OCDE

CIRI-OCDE realiza segunda reunião

Governança: Reunião do GT Propriedade Estatal e Práticas de Privatização



## ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Delegação brasileira visita instituições norte-americanas que atuam no combate à corrupção

CGU recebe pesquisadores da Academia Internacional Anticorrupção (IACA)



## G20

ACWG: Grupo discute próximos passos e promove discussão sobre abordagens para a prevenção da corrupção



## CAPACITAÇÃO

JavaOne at Oracle CloudWorld 2022

Gartner IT Symposium|Xpo 2022



## ONU

UNCAC: Reunião Intersessional da Conferência dos Estados Partes e do Grupo de Revisão da Implementação



## EVENTOS

2º Dia Anticorrupção das Estatais e seminário Integridade e Anticorrupção no Setor Estatal na África do Sul



## OEA

CGU apresenta Painel de Recomendações ao Mesicic

Desafios e Oportunidades do Combate à Fraude



## COOPERAÇÃO

QualiREG: CGU promove evento sobre governança regulatória brasileira

CGU participa da Primeira Jornada de Análise sobre as Novidades na Aplicação da Lei 27.401 argentina

Cooperação Trilateral: CGU promove a capacitação do Comitê de Avaliação

CGU participa da Conferência América Aberta

Auditoria e Inteligência Artificial: CGU abre diálogo com universidade americana

CGU apresenta projeto de inovação na análise de recursos

7ª Semana Regional de Integridade Empresarial na América Latina

# ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

## VISITA TÉCNICA

### Delegação brasileira visita instituições norte-americanas que atuam no combate à corrupção

Em atuação coordenada da Secretaria de Combate à Corrupção e da Corregedoria-Geral da União, delegação formada por servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Advocacia-Geral da União (AGU) participou de reuniões com o Departamento de Justiça (Department of Justice), a Comissão de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) e o Banco Mundial, sediados em Washington, entre os dias 27 e 30 de setembro de 2022.

As reuniões tiveram como objetivo estreitar a parceria entre os órgãos de combate à corrupção em caráter internacional, permitindo a discussão de casos em andamento e soluções encontradas no âmbito das negociações de acordos de leniência firmados no Brasil e de acordos celebrados sob a legislação *Foreign Corrupt Practices Act*, nos Estados Unidos.

Durante as reuniões, foram discutidos casos relacionados à Lei Anticorrupção que estão sendo investigados de forma paralela e coordenada entre a CGU e as autoridades americanas. Também houve debate acerca das técnicas em-

pregadas pelas instituições para a detecção, investigação, processamento e negociação de casos de suborno transnacional, coleta de evidências, cálculo de sanções e dos valores de reparação nos casos de acordos de leniência.

A delegação foi formada pelo corregedor-geral da União, Gilberto Waller Júnior, pelo secretário de Combate à Corrupção, João Carlos Cardoso, pelo diretor de Acordos de Leniência, Renato Machado, pelo coordenador-geral da Primeira Câmara de Acordos de Leniência, Matheus Bredt, pelo diretor de Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Vianna, além do diretor de Patrimônio Público e Probidade da AGU, Vanir Fridriczewski.

A cooperação internacional entre os referidos países é fundamental para ajudar nas investigações brasileiras, aumentar a capacidade da CGU e AGU de promover medidas de prevenção à corrupção e de responsabilizar as companhias que tenham praticado atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção brasileira para obter negócios ou outras vantagens indevidas.

# VISITA

## CGU recebe pesquisadores da Academia Internacional Anticorrupção (IACA)

No dia 24 de outubro de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu a visita das pesquisadoras Elizabeth David-Barrett e Aoife Murray e do pesquisador Juan Ceballos, do Programa Global de Medição da Corrupção da Academia Internacional Anticorrupção (International Anticorruption Academy – IACA). O Brasil foi um dos quatro países inicialmente selecionados para a realização de visitas *in loco* para o desenvolvimento de um índice de medição da corrupção, juntamente com África do Sul, Itália e Indonésia. Os países foram selecionados por sua significância regional (como a participação no G20, por exemplo), existência de estratégias anticorrupção em vigor e interesse no desenvolvimento de alternativas de medição abrangentes, que contemplem diferenças entre os países em relação a seus ordenamentos jurídicos e a abordagens na prevenção e no combate à corrupção.

Em sua apresentação, Elizabeth David-Barrett pontuou que a forma pela qual alguns conceitos são mensurados definem como as pessoas percebem um problema. Ela comparou o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional e o Índice de Sigilo Financeiro da Rede de Justiça Tributária (Tax Justice Network). Quatro países (Suíça, Singapura, Luxemburgo e Alemanha) constam entre os dez primeiros lugares em ambos os índices. Enquanto figurar no topo do Índice de Percepção da Corrupção em tese seria bom para um país, o mesmo não ocorre com o Índice de Sigilo Financeiro, o que reforça a necessidade de que haja inovações metodológicas na mensuração da corrupção em nível global.



*Elizabeth David-Barrett expõe o Programa Global de Medição da Corrupção da IACA*



*Elizabeth Cosmo, chefe da AINT*

A visita à CGU foi coordenada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT) e pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, e contou com a participação de todas as cinco secretarias. À AINT coube apresentar o Plano Anticorrupção do Governo Federal, o Painel de Monitoramento das Recomendações Internacionais, que são recebidas pelo Brasil no âmbito de avaliações de mecanismos estabelecidos por convenções de combate à corrupção, e a estrutura organizacional da CGU.

Após a fala da chefe da AINT, seguiram-se apresentações da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC). O coordenador-geral de Informações de Prevenção da Corrupção, Gustavo Fleury, abordou as pesquisas de exposição à corrupção planejadas pela STPC. A coordenadora-geral de Prevenção de Conflito de Interesses, Tatiana Petry, apresentou às pesquisadoras o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal (e-Agendas). O coordenador-geral de Governo Aberto, Leonardo Sales, mostrou o Portal da Transparência e a vasta gama de dados que lá se encontram disponíveis.



*Gustavo Fleury, Tatiana Petry e Leonardo Sales*

Na sequência, a Secretaria Federal de Controle Interno apresentou algumas de suas ações. O coordenador-geral de Prospecção e Inovação, Tiago Chaves Oliveira, apresentou o Alice (Analisador de Licitações, Contratos e Editais). O coordenador-geral de Auditoria da Área de Saúde, Rodrigo Eloy, compartilhou com os pesquisadores algumas experiências práticas na utilização da ferramenta. Gustavo Van Erven, também da Coordenação-Geral de Prospecção e Inovação, mostrou a Malha Fina de Convênios.

Marcos Lindenmayer, diretor de Supervisão e Articulação Institucional da Ouvidoria-Geral da União, discorreu sobre a resolutividade no módulo de tratamento de denúncias. Em sequência, o coordenador-geral de Inteligência de Dados, Gutemberg Vieira, mostrou a Ferramenta de Análise de Risco de Ouvidoria (Faro) e a ferramenta de *Data mining-based Investigation and Knowledge Extraction* (DIKE).

A Corregedoria-Geral da União encerrou a agenda do dia. O coordenador-geral de Modernização, Daniel Pelles, expôs o painel Correição em Dados, que congrega dados sobre a responsabilização de agentes públicos e entes privados. A coordenadora-geral substituta de Promoção de Integridade do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, Carla Arede, apresentou de forma remota o Modelo de Maturidade em Correição e abordou a temática da Gestão de Riscos em Corregedoria.

Após a visita, a equipe da IACA agradeceu a recepção e o momento de compartilhamento de experiências e práticas da CGU. Nas palavras de Elizabeth David-Barrett: “foi inspirador ver tantas pessoas com tamanha expertise técnica e energia criativa trabalhando no combate à corrupção no Brasil”.



Tiago Chaves Oliveira, Rodrigo Eloy e Gustavo Van Erven



*Gutemberg Vieira, Daniel Pelles e Marcos Lindenmayer*

# FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

Em setembro, a Comissão Interna de Representação e Interlocução para Assuntos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CIRI-OCDE) realizou sua segunda reunião, marcada pela discussão de princípios do G20/OCDE e expectativas sobre a organização da fase 4 de avaliação do Brasil pelo Grupo sobre Suborno Transnacional. Ainda no âmbito da OCDE, a reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização pautou a revisão das [Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais](#), contando com apresentação da Petrobras sobre reformas em sua estrutura de governança e discutiu aspectos da centralização da propriedade estatal.

A Rede de Autoridades de Prevenção da Corrupção (NCPA) promoveu webinar sobre corrupção no esporte. A Rede Global para Transparência Fiscal (GIFT) se reuniu para discussão sobre estrutura orçamentária e etiquetagem de gastos. Já o Conselho Diretivo da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) se reuniu para organizar a Assembleia de novembro.

Na reunião do Grupo Anticorrupção do G20 (ACWG), os países membros revisaram diversos documentos elaborados ao longo do ano. A CGU havia

contribuído para os compêndios de boas práticas sobre educação e participação social, bem como subsidiou respostas do Relatório de *Accountability* de 2022, e respondeu questionário sobre corrupção e energia renovável.

No âmbito das Nações Unidas, a Reunião Intersessional da Conferência dos Estados Partes da Uncac foi dedicada ao acompanhamento dos compromissos assumidos na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Corrupção, em 2021. A Controladoria-Geral da União (CGU) participou de painel sobre "criminalização e aplicação da lei", destacando a responsabilização da pessoa jurídica no Brasil.

O Grupo de Revisão da Implementação da Uncac tratou do processo de revisão do mecanismo de avaliação da Convenção, com objetivo de orientar os Estados membros quanto ao terceiro ciclo de avaliação.

Quanto à Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), houve aprovação dos relatórios de avaliação do Chile, Panamá e El Salvador na sexta rodada. Na sessão de boas práticas, a CGU teve oportunidade de apresentar o Painel Recomendações de Foros Internacionais.

# OCDE

## PROCESSO DE ACESSÃO

### CIRI-OCDE realiza segunda reunião

A segunda reunião da [Comissão Interna de Representação e Interlocação para Assuntos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico](#) (CIRI-OCDE) ocorreu em 29 de setembro de 2022.

A pauta abrangeu a Reunião do Comitê de Governança Pública da OCDE, informou os representantes sobre desdobramentos recentes relativos ao processo de acesso do país e discutiu a atualização dos [Princípios do G20 e da OCDE sobre Governança Corporativa](#), dos [Princípios de Governo das Sociedades do G20 e da OCDE](#), e do documento de [Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais](#).

A chefe da AINT, Elizabeth Cosmo, abordou os prazos previstos para a fase 4 de avaliação do Brasil pelo Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional

(Working Group on Bribery - WGB). Nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, o Brasil deverá preencher seu questionário de autoavaliação e enviar ao Grupo. Estima-se que a visita *in loco* ao país ocorra em abril ou maio. A primeira minuta de relatório de avaliação do Brasil deve ser circulada aos membros do WGB em outubro. Após o relatório de avaliação, em reunião prevista para junho de 2024, o Grupo deverá realizar análise preliminar no âmbito do processo de acesso especificamente.

A CIRI-OCDE foi criada para representar, realizar a interlocação e coordenar as ações da Controladoria-Geral da União junto ao Poder Executivo e à referida organização internacional. A Comissão possui caráter temporário, com duração de um ano. Prevê-se que suas atividades sejam encerradas em junho de 2023.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

### Reunião do GT Propriedade Estatal e Práticas de Privatização

Realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2022, a reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização (Working Party on State Ownership and Privatisation Practices - WPSOPP), no âmbito do Comitê de Governança Corporativa, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), voltou a ocorrer de forma presencial, em Paris, França.

Servidores da Diretoria de Auditoria de Estatais da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia representaram o Brasil no encontro.



Em reuniões anteriores, o Grupo desenvolveu procedimento para avaliação dos riscos no processo de desestatização a partir das experiências em privatizações e abertura de capital de estatais de países da OCDE. Esta atividade deu origem ao [Guia do Gestor de Políticas Públicas para Privatização](#), que contém boas práticas utilizadas como critérios adotados para responder questões de auditorias conduzidas pela CGU, a exemplo da auditoria sobre o processo de desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

A agenda de trabalho da última reunião incluiu, entre outros, a discussão sobre a quarta revisão das [Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais](#), bem como os avanços dos países membros e parceiros em áreas como governança, políticas de propriedade e privatizações. Representantes da Nova Zelândia, do Vietnã e do Brasil realizaram apresentações. O Grupo discutiu, ainda, um novo projeto baseado no desenvolvimento de um capítulo, dentro do documento citado anteriormente, sobre melhores práticas para apoiar estatais em suas metas a respeito de mudanças climáticas e políticas de transição de carbono em suas ações.

A Petrobras realizou uma apresentação, de forma remota, com ênfase nas reformas organizacionais e na governança das

tomadas de decisão implementadas pela Companhia e nas medidas adotadas para se criar uma cultura de integridade em todos os níveis, funções e operações da empresa. As delegações elogiaram a apresentação e estão empenhadas na adoção das práticas dispostas nas [Diretrizes sobre Anticorrupção e Integridade em Empresas Estatais](#) com vistas a impedirem a utilização de estatais como canais para financiamento político, clientelismo ou enriquecimento pessoal.

Por fim, cabe destacar que a agenda do grupo contemplou o “*Workshop State-owned Holding Companies: National Practices and OECD Recommendations*”. O evento discutiu as vantagens e desvantagens em relação à centralização da função de propriedade do Estado, comparando-se uma agência de coordenação e uma estrutura de holding empresarial, no contexto da política de propriedade e dos objetivos de políticas públicas.

# REDES

## NCPA

### Webinário discute corrupção no esporte

O terceiro webinário da Rede de Autoridades de Prevenção da Corrupção (Network of Corruption Prevention Authorities - NCPA) ocorreu no dia 15 de setembro e tratou do Combate à Corrupção no Esporte no século 21.

Representando a presidência da Rede, Ioannis Foustanakis abriu os trabalhos, afirmando que a Grécia adotou um Plano Estratégico Nacional de Combate à Corrupção, que inclui prevenção e conscientização no âmbito do esporte.

A Grécia apresentou as iniciativas nacionais no combate à corrupção no esporte, com destaque para a [Convenção de Macolin](#) ([Convenção do Conselho da Europa](#)

[sobre a Manipulação de Competições Esportivas](#)) e a [Plataforma Nacional para Integridade nos Esportes \(E.PATHLA\)](#), e sublinhou a necessidade de reforçar a cooperação entre os organismos nacionais e internacionais.

Representantes da Itália apresentaram a abordagem de supervisão colaborativa italiana relacionada a grandes eventos do esporte, juntamente com os principais marcos no combate à corrupção no esporte entre 2014-2021, incluindo os [Princípios de alto nível do G20 para combater a corrupção no esporte](#).

A França destacou que a promoção da integridade nas organizações e eventos

esportivos é uma das prioridades estratégicas do Plano Nacional Plurianual de Combate à Corrupção 2020-2022 do país e apresentou a iniciativa da [Parceria Internacional contra a Corrupção no Esporte](#), que reúne organizações esportivas, governos e organizações intergovernamentais para combinar

esforços na luta contra a corrupção no esporte.

Por fim, o representante da Autoridade Palestina descreveu o processo de reforma nos clubes esportivos, seus objetivos e resultados que resultaram na melhoria dos indicadores de governança dos clubes.



*Painelistas durante o webinar*

Na segunda parte do webinar, os participantes tiveram a oportunidade de discutir as tendências e desafios do marco regulatório e compartilhar boas práticas em suas atividades de conscientização. Servidores da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e da Secretaria de Combate à Corrupção acompanharam o evento.

## REDE GIFT

### Encontro discute estrutura orçamentária

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência, participou de encontro da Rede Global para Transparência Fiscal (Global Initiative for Fiscal Transparency – GIFT), ocorrido na Cidade do México entre 17 e 20 de outubro de 2022.

O encontro consistiu na realização de oficinas de discussão sobre estrutura orçamentária e etiquetagem de gastos (marcação, no orçamento ou nos gastos, de

registros vinculados a objetivos pré-definidos). Participaram do encontro as delegações do México, Argentina, Colômbia e Egito.

A CGU realizou quatro apresentações no evento, abordando: estrutura orçamentária brasileira, classificação funcional-programática, adequação dessa estrutura ao desafio da etiquetagem orçamentária, iniciativas pontuais pré-existentes e o papel da transparência.

## RTA

### RTA define pauta da próxima Assembleia

No dia 24 de outubro de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU), representada pela Ouvidoria-Geral da União, participou de reunião do Conselho Diretivo da Rede de Transparência e Acesso à Informação (Red de Transparencia y Acceso a la Información Pública - RTA). Na ocasião, o Conselho aprovou os temas e documentos pautados na Assembleia da RTA. A Assembleia ocorreu durante o XXIII encontro da RTA, de 7 a 9 de novembro, no Panamá, com a participação presencial de representantes da CGU.

## G20

### ACWG: Grupo discute próximos passos e promove discussão sobre abordagens para a prevenção da corrupção

O Grupo Anticorrupção do G20 (G20 Anticorruption Working Group - ACWG) realizou, em formato virtual, sua terceira e última reunião de 2022, durante os dias 26 a 29 de setembro. A delegação brasileira foi chefiada pela Assessora Especial para Assuntos Internacionais da Controladoria-Geral da União (CGU), Elizabeth Cosmo, e

contou com representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Advocacia-Geral da União e do Ministério das Relações Exteriores.

Durante a reunião, os países membros revisaram diversos documentos elaborados pelo grupo ao longo do ano, como: os

compêndios de boas práticas sobre educação e participação social, e sobre medidas regulatórias para mitigar os riscos de lavagem de dinheiro em profissões jurídicas, as respostas ao Relatório de *Accountability* de 2022, e a nota conceitual sobre o gerenciamento de riscos de corrupção no setor de energia renovável. Adicionalmente, houve discussão sobre os próximos passos da iniciativa de apoio à implementação dos compromissos do G20 ACWG, liderada pela Austrália.

A agenda de trabalho contou, ainda, com sessões conjuntas com parceiros-chave do G20 ACWG, como o Grupo de Ação Financeira (GAFI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de evento paralelo sobre “abordagens de múltiplos atores para a

prevenção da corrupção”. O coordenador-geral substituto de Monitoramento dos Acordos de Leniência da CGU, Leandro Pacheco, foi convidado a apresentar, durante a sessão conjunta com a OCDE, a experiência brasileira com a cooperação internacional no âmbito dos acordos de leniência, em casos multijurisdicionais. O coordenador ressaltou, entre outros pontos, a importância da ferramenta para o país e os números expressivos alcançados com a utilização desse instrumento inovador.

A reunião concluiu os trabalhos da copresidência indonésia e australiana à frente do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 e marcou a passagem de bastão para a Índia, que liderará o grupo em 2023.



## ONU

### Reunião Intersessional da Conferência dos Estados Partes e do Grupo de Revisão da Implementação

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou da Reunião Intersessional da Conferência dos Estados Partes e do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (UNCAC), em Viena, Áustria, entre os dias 5 e 9 de setembro de 2022. Além da CGU, representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e

do Ministério das Relações Exteriores integraram a delegação brasileira no evento.

A reunião foi dedicada à apresentação dos avanços realizados pelos Estados Partes na implementação dos compromissos assumidos na [declaração política](#) adotada durante a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Corrupção, em junho de 2021. A sessão contou com a realização de sete painéis temáticos sobre prevenção da corrupção, criminalização e aplicação da lei, cooperação internacional, recuperação de ativos, assistência técnica e compartilhamento de informações, anticorrupção como viabilizador da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável e o futuro da agenda anticorrupção.

A chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Elizabeth Cosmo, foi convidada a participar do painel sobre "criminalização e aplicação da lei" e apresentou o arcabouço de responsabilização da pessoa jurídica no Brasil, com foco nos abrangentes requisitos de integridade e no importante trabalho da CGU na avaliação e no monitoramento dos programas de integridade do setor privado. O painel contou ainda com a participação de representantes da Grécia, Índia, Paquistão e Serra Leoa, que destacaram seus respectivos sistemas nacionais de criminalização da corrupção e ofensas correlatas, de acordo com os termos estabelecidos na UNCAC.

A representante da AGU, Beatriz Nóbrega, destacou, durante intervenção no painel sobre "cooperação internacional", a importância de os Estados Partes prestarem a mais ampla assistência jurídica nas esferas criminal, civil e administrativa. De-

fendeu que os países devem adotar uma abordagem ampla e multidisciplinar no combate à corrupção, incorporando ferramentas diversificadas como *non-conviction-based mechanisms*, *non-trial resolutions* e recuperação direta de ativos.

A delegação brasileira reforçou, ainda, o papel fundamental das iniciativas de educação cidadã e dos instrumentos de participação e controle social na promoção de uma agenda positiva de combate à corrupção e desenvolvimento sustentável. O Brasil compartilhou o exemplo bem-sucedido do programa "Um por Todos e Todos por Um!" como boa prática nessa área.

Nos dias 8 e 9 de setembro, o Grupo de Revisão da Implementação UNCAC debruçou-se sobre o processo de revisão do mecanismo de avaliação da implementação da Convenção, a fim de orientar os Estados membros no planejamento do próximo ciclo de avaliação dos países (terceiro ciclo). As delegações discutiram as lições aprendidas em relação ao desempenho do mecanismo de avaliação, bem como as boas práticas e os desafios na condução das avaliações durante o segundo ciclo. O objetivo das discussões é adaptar e aprimorar os procedimentos e requisitos de monitoramento dos países, além de buscar soluções para os atrasos e o acúmulo de avaliações do atual segundo ciclo de avaliação, causados pela pandemia.

Por fim, cabe destacar que a delegação brasileira participou, no dia 7 de setembro, de recepção na residência oficial do Embaixador do Brasil na Áustria, em comemoração aos 200 anos de independência do Brasil.



*Elizabeth Cosmo apresenta experiência brasileira em painel durante a reunião*

## OEA CGU apresenta Painel de Recomendações ao Mesicic

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 38ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), ocorrida de 12 a 15 de setembro de 2022, em formato virtual.

A chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT), Elizabeth Cosmo, atuou na condição de chefe da delegação do Brasil no encontro, juntamente com representantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e da Polícia Federal.



*Registro da abertura oficial da reunião do Mesicic*

Nessa sessão, os peritos aprovaram as minutas de relatórios preliminares de avaliação do [Panamá](#), do [Chile](#) e de [El Salvador](#), no âmbito da Sexta Rodada de Avaliação do Mesicic. Adicionalmente, foi apresentada “Proposta de Indicadores para Prevenir, Detectar e Combater a Impunidade relativos aos Resultados sobre Proteção de Denunciantes e Testemunhas de Atos de Corrupção em Matéria Penal”, documento não vinculante aos Estados Partes, que poderá ser utilizado como modelo de definição de indicadores no tema da proteção de denunciante e testemunhas. O referido documento encontra-se em momento de consultas aos participantes para manifestação sobre o conteúdo.

Na sessão específica sobre boas práticas, a chefe da AINT apresentou o painel [Recomendações de Foros Internacionais](#), produzido pela CGU, que compila as recomendações emitidas ao Brasil por

mecanismos de avaliação da implementação da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE), da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (ONU) e da Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA). Além de explicar sobre o funcionamento do painel, incluindo seus filtros, a metodologia e as terminologias adotadas, Elizabeth Cosmo ressaltou a importância da ferramenta como fonte de consulta aos órgãos brasileiros no apoio ao gerenciamento de seus compromissos. Reforçou que a transparência dos compromissos internacionais aumenta a *accountability* dos órgãos públicos responsáveis.

Adicionalmente, instou aos membros da Comissão de Peritos a pensar em novas maneiras de revisar as recomendações advindas do Mesicic, verificando a possi-

bilidade de tornar essa análise periódica, uma vez que a sistemática atual de avaliação por rodadas resulta em extenso lapso temporal entre a realização da recomendação e a avaliação de seu cumprimento.

## A DINÂMICA DO MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA OEA

A Comissão de Peritos do Mesicic é responsável pela análise técnica da implementação da Convenção da OEA pelos Estados Partes. O grupo seleciona as disposições da Convenção que serão objeto de análise e decide o período que será dedicado ao trabalho, denominado “rodada”.

Além da análise das disposições escolhidas para a rodada, é importante mencionar que o artigo 29 do [Regulamento e Normas de Procedimento](#) da Comissão de Peritos determinou que a partir da se-

gunda rodada de avaliação dos Estados Partes, o relatório do país avaliado deverá referir-se também às medidas tomadas para implementar recomendações feitas pela Comissão em relatórios anteriores. O documento, assim, inclui considerações sobre as recomendações avaliadas como satisfatórias e as que requeiram atenção pelo Estado analisado em rodada pretérita.

Atualmente, o Mesicic conduz a Sexta Rodada de Avaliação, para a qual foi escolhida a análise do artigo XVI da Convenção da OEA, referente ao sigilo bancário como não impeditivo da cooperação mútua entre os Estados Partes.

Nessa Rodada, ademais do exame específico da regra de sigilo bancário, estabeleceu-se a inclusão da análise das recomendações formuladas na Terceira Rodada de Avaliação (relativas aos dispositivos da Convenção sobre benefícios tributários, suborno transnacional, enriquecimento ilícito e extradição), cujo relatório final do Brasil foi aprovado em 16 de setembro de 2011.

De acordo com o calendário da Sexta Rodada, o Brasil será avaliado no período de março de 2024 a março de 2025. Nessa ordem de ideias, as recomendações da Terceira Rodada serão avaliadas 13 anos depois de emitidas ao país.



*Elizabeth Cosmo apresentou o Painel Recomendações de Foros Internacionais como boa prática*

# COOPERAÇÃO

## REGULAÇÃO

### CGU promove evento sobre governança regulatória brasileira

A Controladoria-Geral da União (CGU) promoveu, nos dias 13 e 14 de setembro de 2022, em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), eventos em Brasília para discutir temas relacionados à regulação.

No dia 13 de setembro, ocorreu a Conferência das Agências Participantes do Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira (QualiREG), evento presencial exclusivo para dirigentes e colaboradores das agências que participaram dos trabalhos do QualiREG. O objetivo foi disseminar as boas práticas regulatórias entre as 42 agências participantes e principais atores, visando promover a melhoria institucional das agências reguladoras brasileiras.

Já no dia 14, foi a vez do Seminário Internacional de Boas Práticas Regulatórias do QualiREG. O encontro foi aberto ao público, com possibilidade de participação presencial e virtual. O seminário reuniu representantes de agências, das organizações implementadoras, consultores do QualiREG, e convidados internacionais, sobretudo da América Latina e Caribe, o que permitiu o intercâmbio de informações e experiências entre países.

O ministro da CGU, Wagner Rosário, realizou a abertura do evento, que contou com a participação da representante do PNUD no Brasil, Katyna Argueta, e da diretora UNOPS no Brasil, Cláudia Valenzuela; dentre outras autoridades.



*Mesa de abertura do evento*

Nos dois dias de agenda, foram abordados temas como: ferramentas e adoção de boas práticas regulatórias; balanço sobre o QualiREG; recomendações da perspectiva de um país desenvolvido e de um país em desenvolvimento para a adoção de boas práticas regulatórias; boas práticas nos processos de participação social; perfil dos usuários e a importância de regular para eles e com eles; e onde queremos chegar: um olhar de futuro para a agenda brasileira de qualidade regulatória; dentre outros.

## **QUALIREG**

O QualiREG é uma iniciativa da CGU, do UNOPS e do PNUD que busca disseminar uma cultura de mensuração sistemá-

tica da qualidade regulatória no Brasil. O programa busca compreender as dificuldades enfrentadas pelas agências reguladoras brasileiras nos diversos âmbitos de sua atuação e promover ações para superá-las.

O objetivo é apoiar os órgãos reguladores a identificarem gargalos na governança regulatória e oportunidades para superá-los por meio de planos de ação e capacitações e fortalecer a capacidade institucional dos órgãos reguladores, de modo a propiciar um ambiente de negócios mais bem regulado, traduzindo-se em maior competitividade do país, melhorando a eficiência do gasto público e garantindo melhores serviços prestados aos cidadãos.

## **COOPERAÇÃO TRILATERAL CGU promove a capacitação do Comitê de Avaliação**

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio de representantes da Coordenação-Geral de Integridade Privada (CGIPRIV) da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção e do Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção da Corrupção da Paraíba (NAOP-PB), promoveu, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2022, a capacitação do Comitê de Avaliação do Selo de Integridade do Paraguai. O Comitê será responsável por realizar as avaliações das empresas que pretendem conquistar o selo de integridade paraguaio.

As auditoras Aline Rocha Marinho (NAOP/PB) e Giane Pauxis Teixeira de Figueiredo (CGIPRIV) realizaram a capacitação em

Assunção, Paraguai. As servidoras apresentaram conceitos gerais de um programa de integridade privada, e a metodologia de avaliação utilizada no Empresa Pró-Ética. A capacitação também contou com uma oficina em que os membros do Comitê de Avaliação puderam avaliar o programa de integridade de uma empresa privada com apoio da equipe brasileira.

A capacitação e o desenvolvimento do Selo de Integridade do Paraguai vêm sendo conduzidos dentro do Projeto "Fortalecendo a integridade para superar tempos de crise", por meio de cooperação trilateral entre Alemanha, Brasil e Paraguai. Por parte da Alemanha participam representantes da Alliance for Integrity, pelo Para-

guai, representantes da Secretaria Nacional Anticorrupção e do Ministério da Indústria e Comércio. Pelo Brasil, além da CGU, participam representantes da Agência Brasileira de Cooperação e do Ministério das Relações Exteriores.

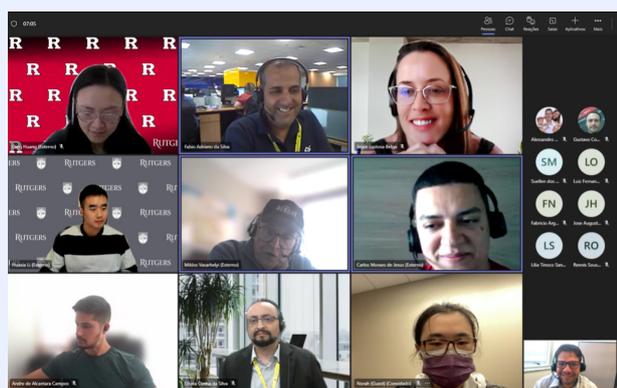
O projeto, que vem sendo desenvolvido desde 2021, tem permitido o compartilhamento do conhecimento técnico da CGU, adquirido ao longo de mais de 10 anos de existência do projeto Empresa Pró-Ética, e promovido uma experiência única de cooperação internacional.

## AUDITORIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL CGU abre diálogo com universidade americana

Servidores da Coordenação-Geral de Prospecção e Inovação participaram de reuniões com representantes da Universidade de Rutgers, em especial com o professor Miklos Vasarhelyi e seus doutorandos. O professor Miklos é a maior referência mundial em auditoria contínua. Seus alunos são capacitados em automação robótica de processos e de inteligência artificial.

Atualmente, o Serviço Federal de Processamento de Dados possui um acordo de cooperação técnica com a Universidade, ao qual a Controladoria-Geral da União (CGU) poderá aderir. A adesão permitiria repassar aos estudantes desafios que estão sendo enfrentados no âmbito do desenvolvimento da ferramenta Alice, com o devido cuidado de proteção dos dados que serão utilizados. Dessa forma, os pesquisadores poderiam propor modelos e soluções que respondam aos desafios e poderiam, também, fazer publicações relacionadas na Revista CGU. Em princípio, a Universidade se interessou pela troca de experiências e pelos desafios apresentados, principalmente nas áreas de processamento de linguagem natural e construção de classificadores de dados.

Novas tratativas serão realizadas para o fechamento do acordo e definição do plano de trabalho.



*Registro do encontro virtual realizado no dia 20 de outubro de 2022*

# EVENTOS

## ESTATAIS

### 2º Dia Anticorrupção das Estatais e seminário técnico Integridade e Anticorrupção no Setor Estatal na África do Sul

O Dia Anticorrupção das Estatais e o seminário técnico "Integridade e anticorrupção no setor estatal na África do Sul" ocorreram nos dias 20 a 21 de setembro de 2022, sob a organização da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em conjunto com o Departamento de Empresas Estatais da África do Sul.

No Dia Anticorrupção das Estatais, especialistas internacionais apresentaram boas práticas para superar obstáculos relativos à conduta íntegra de agentes relacionados às empresas estatais. As intervenções envolveram tanto a perspectiva dos agentes responsáveis pela atuação do Estado como controlador, quanto a experiência de empresas estatais convidadas, como a Petrobras. O evento foi realizado, em essência, de forma virtual, com a presença local da equipe da OCDE apenas em razão da preparação para o segundo dia.

O seminário técnico "Integridade e anticorrupção no setor estatal na África do Sul", por sua vez, foi realizado de forma semipresencial. A convite da OCDE, Chile, Brasil e outros países apresentaram experiências de estruturação de normas e práticas para garantia da autonomia e da integridade dos conselhos de administração das empresas estatais.

Representando a Controladoria-Geral da União (CGU), o servidor Gustavo Bouzon realizou apresentação que abrangeu dois temas relacionados com a integridade dos conselhos de administração: os processos de seleção e nomeação dos conselhos, e a legislação de conflito de interesses.

O servidor forneceu uma breve visão do ecossistema brasileiro de empresas estatais federais e aspectos relacionados, abordando a função de propriedade e a legislação pertinente.

Tratou, ainda, de inovações da lei das empresas estatais, focando aquelas relacionadas à integridade, como programa de integridade e regras para seleção de administradores; os desafios relacionados ao processo de nomeação de conselheiros e executivos; a experiência da CGU na auditoria do processo de recrutamento do conselho adotado para 15 empresas estatais supervisionadas por 4 ministérios, e as recomendações emitidas.

Em relação à gestão de conflitos de interesse do conselho, Gustavo Bouzon mencionou a Lei das Sociedades por Ações e a Lei de Conflitos de Interesse, suas vantagens e limitações frente ao desafio de definir os conflitos de interesse caso a caso.

A equipe presente do Departamento de Empresas Estatais da África do Sul manifestou interesse em conhecer a lei de empresas estatais do Brasil. Segundo comentários, a legislação aplicável sobre empresas estatais naquele país é extensa, porém menos específica, o que permite lacunas que têm sido utilizadas para “captura estatal”.

A participação brasileira reforça a parceria continuada com o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização da OCDE, no âmbito do qual se encontra pendente a avaliação da aderência à [Recomendação do Conselho sobre Diretrizes sobre Anticorrupção e Integridade em Empresas Estatais](#).

## WEBINÁRIO INTERNACIONAL CGU apresenta experiência na prevenção e detecção de fraudes

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou do webinar internacional “Desafios e Oportunidades do Combate à Fraude”, no Ministério do Trabalho e Previdência, ocorrido nos dias 22 e 23 de setembro de 2022. O webinar foi idealizado no âmbito do Projeto de Combate às Fraudes do Ministério do Trabalho e Previdência.

O Projeto tem por objetivo fortalecer o combate à fraude no âmbito do Ministério,

buscando a integração e o alinhamento das ações de seus integrantes, incluídos suas secretarias, unidades descentralizadas, órgãos vinculados, fundação e colegiados. O evento contou com palestrantes do Brasil e da Espanha. A Coordenação-Geral de Inteligência de Dados da CGU apresentou a palestra intitulada “Ciência de Dados Aplicada à Prevenção e Detecção de Fraudes”.



## BRASIL E ARGENTINA

### CGU participa da Primeira Jornada de Análise sobre as Novidades na Aplicação da Lei 27.401 argentina

No dia 23 de setembro de 2022, foi realizada a primeira reunião sobre novidades da Lei 27.401 de Responsabilidade Penal de Pessoas Jurídicas: RITE, casos e impacto do primeiro acordo. A lei argentina foi sancionada em dezembro de 2017, entrando em vigor em março de 2018.

O evento, ocorrido em Buenos Aires, foi organizado pelo Escritório Anticorrupção, em conjunto com o Conselho Profissional de Ciências Econômicas da Cidade Autônoma de Buenos Aires, Ministério Público da Argentina, IAE Business School e Comissão de Monitoramento do Cumprimento da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do coordenador-geral de Integridade Privada, Keyne Taniguchi Santos, partici-

pou do painel "Programas de integridade: critérios para sua avaliação". Na oportunidade, Keyne Taniguchi falou sobre o contexto das avaliações promovidas pela CGU e sobre a metodologia de avaliação dos programas de integridade utilizada, destacando os parâmetros de avaliação definidos no Decreto nº 11.129/2022. O servidor também ressaltou a importância de a metodologia de avaliação se adequar aos diferentes perfis de empresas avaliadas e a necessidade de que privilegiem programas de integridade efetivos.

O painel contou com a moderação de Natalia Torres, diretora Nacional de Ética Pública do Escritório Anticorrupção, e com a participação de representantes da Alliance for Integrity; da Argentina Trains Operations; da Bruchou & Funes de Rioja e da Rede Anticorrupção Marítima na Argentina.

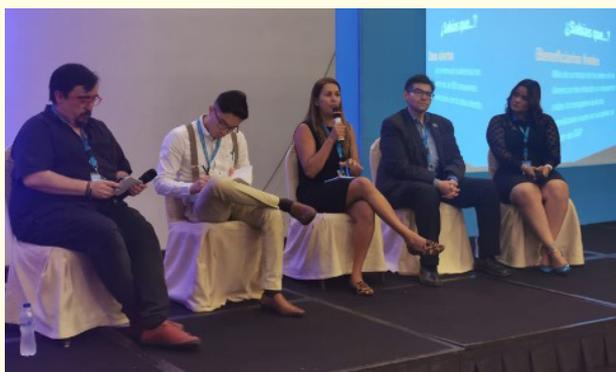


*Registro do encontro virtual realizado no dia 20 de outubro de 2022*

## TROCA DE EXPERIÊNCIAS

### CGU participa da conferência América Aberta

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Diretoria de Governo Aberto, Transparência e Participação Social da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, participou da conferência



*Maira Souza Rodrigues Povoá, chefe de divisão de Governo Aberto da Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência, atuando como painelistas na América Aberta*

América Aberta, em Santo Domingo, na República Dominicana, ocorrida de 26 a 29 de setembro de 2022.

O evento, cuja agenda foi construída de maneira dinâmica e colaborativa, refletindo os interesses e prioridades da comunidade regional, contou com a presença de representantes de governos de diversos países da região, além de organizações da sociedade civil, da academia e do setor privado.

A América Aberta constituiu-se como uma oportunidade para trocar ideias, criar alianças e buscar soluções para a construção de uma região mais aberta, participativa e inclusiva no mundo após a pandemia.

## ACESSO À INFORMAÇÃO

### CGU apresenta projeto de inovação na análise de recursos

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), participou da mesa redonda virtual para América Latina: "Explorando o impacto da inteligência artificial no direito à informação pública", em 29 de setembro de 2022. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) promoveu o evento, que contou com a participação de Flávia Lemos Sampaio Xavier, chefe da Divisão de Proteção de Dados Pessoais da OGU. Em sua fala, a representante da CGU apre-

sentou o projeto de inovação para fortalecer as garantias do direito de acesso à informação, em terceira instância recursal, por modelo de tecnologia de aprendizado de máquina.

A mesa redonda contou, ainda, com outros especialistas da região e teve como objetivo promover o intercâmbio sobre oportunidades e desafios no uso da inteligência artificial pela administração pública e pelos órgãos que garantem o direito à informação.

## SETOR PRIVADO

# 7ª Semana Regional de Integridade Empresarial na América Latina: Cultura de Integridade para uma Economia Sustentável - Agenda de *Compliance* como Agenda de Paz

Entre os dias 4 e 6 de outubro de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 7ª Semana Regional de Integridade Empresarial na América Latina, promovida pela Alliance of Integrity e que ocorreu em formato híbrido, a partir de Quito, Equador. O evento teve extensa agenda relacionada à adoção e consolidação de uma cultura de integridade corporativa, incluindo tópicos específicos como a cooperação entre os setores público e privado no combate à corrupção; a relação entre a ética e a sustentabilidade no setor privado; e as iniciativas público-privadas para prevenção e denúncia de atos de corrupção.

No dia 4 de outubro de 2022, representando a CGU, o diretor de Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Viana, compôs o painel "Melhores Práticas de Cooperação entre os Setores Público e Privado na Luta contra a Corrupção". A intervenção foi realizada de forma remota.

Durante o painel, que contou ainda com representantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, da Colômbia, do Equador e do Peru, o diretor da CGU tratou da estrutura normativa brasileira a respeito da responsabilização de entes privados, como mecanismo de

fomento à implementação de uma cultura integridade empresarial. Na oportunidade, Marcelo Pontes destacou que o regime brasileiro incentiva que o setor privado adote medidas de prevenção e integridade, ao estabelecer um regime de responsabilização objetiva pela prática de atos de corrupção, ao mesmo tempo que prevê sanções mais reduzidas para as empresas que possuem programas de integridade bem estabelecidos, assim como para aquelas que decidem firmar acordos de leniência com o Estado.

No dia 6, a coordenadora-geral de Integridade Pública da CGU, Carolina Carballido, compôs o painel presencial sobre cooperação trilateral para a promoção da integridade, com base na experiência de cooperação entre Brasil, Alemanha e Paraguai. O projeto trilateral teve como um de seus principais resultados o apoio à criação do Selo de Integridade pela Secretaria Nacional Anticorrupção do Paraguai. Em sua fala, a representante da CGU explicou sobre o programa Empresa Pró-Ética conduzido pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção há 11 anos e cuja experiência acumulada serviu de base para o selo paraguaio.

# CAPACITAÇÃO

## SERVIDORES CAPACITADOS

Em setembro de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) custeou uma capacitação à distância e uma presencial, em âmbito internacional, conforme o quadro a seguir:

| Nome                  | Unidade       | Evento   | Início   | Fim      | Carga horária | Modalidade  |
|-----------------------|---------------|--|----------|----------|---------------|-------------|
| Felipe Barbosa Brandt | DIREP/<br>CRG | <i>Responsabilidad de empresas por corrupción en América Latina</i>                        | 05/09/22 | 30/09/22 | 24            | À distância |
| Roberto Kodama        | OGU           | <i>Technical meeting on the protection of whistle-blowers in the public service sector</i> | 26/09/22 | 30/09/22 | 40            | Presencial  |

## TECNOLOGIA

### *JavaOne at Oracle CloudWorld 2022*

Entre os dias 17 e 20 de outubro de 2022, os servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação Frederico Oliveira de Paula e Rodrigo Vilela Fonseca de Souza participaram do evento *JavaOne at Oracle CloudWorld 2022*, em Las Vegas, no Estados Unidos da América.

A Conferência *JavaOne* é o principal evento internacional para desenvolvedores, engenheiros e arquitetos de sistemas de informação desenvolvidos na linguagem Java e tecnologias correlatas.

A Controladoria-Geral da União (CGU) possui seus principais sistemas corporativos desenvolvidos na linguagem de programação Java, de modo que nesse evento, além de poder acompanhar as novidades sobre as tecnologias envolvidas e tendências do mercado, foi possível ter acesso a produtos e ferramentas, buscando melhorar os sistemas desenvolvidos pela Con-

troladoria. A participação no evento trouxe conhecimento sobre as atualizações tecnológicas aplicáveis nos sistemas em produção e nos novos projetos da CGU.



*Os servidores Frederico Oliveira de Paula e Rodrigo Vilela Fonseca de Souza durante a Conferência*

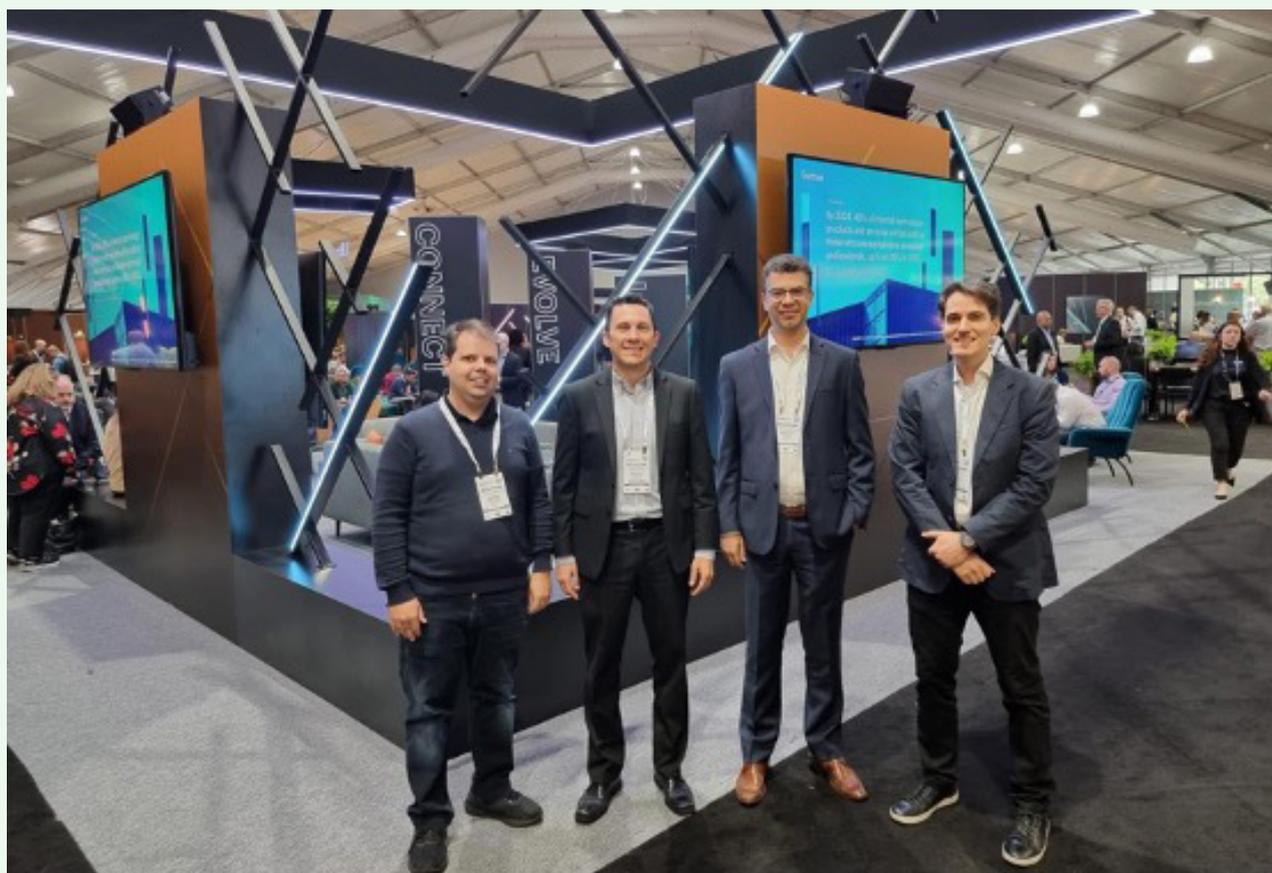
## ***Gartner IT Symposium|Xpo 2022***

O diretor de Tecnologia da Informação, Henrique Aparecido da Rocha, e o coordenador-geral de Sistemas de Informação, Marcelo Augusto Rodrigues Pimentel, ao lado dos servidores Sérgio Tadeu Neiva Carvalho e Matheus Scatolino de Rezende, da Secretaria Federal de Controle, participaram do evento *Gartner IT Symposium|Xpo 2022*, em Orlando, nos Estados Unidos da América, entre os dias 17 e 20 de outubro de 2022.

A conferência *Gartner IT Symposium|Xpo* abordou os principais desafios enfrenta-

dos pelos gestores e executivos da área de tecnologia da informação, abrangendo um vasto portfólio de temas, como tecnologias emergentes, inteligência artificial e segurança cibernética.

Os participantes se juntaram a especialistas do *Gartner* para explorar novas soluções e possibilidades, com orientações para impulsionar futuras inovações tecnológicas e estratégias de negócios bem-sucedidas, a fim de usar informações e tecnologias novas e emergentes para liderar e fazer a diferença nas organizações.



*Marcelo Augusto Rodrigues Pimentel, Matheus Scatolino de Rezende, Henrique Aparecido da Rocha e Sérgio Tadeu Neiva Carvalho durante o evento*